



## Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

### ATA NÚMERO 72/XIV/3.ª SL

Aos 15 dias do mês de março de 2022, reuniu, pelas 11 horas, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, na sala dois do Palácio de S. Bento e por videoconferência TEAMS, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Apreciação dos pedidos relativos a levantamento de imunidade**
- 2 – Aprovação da Ata n.º 71, de 2 de março**
- 3 – Diversos**

Entrando no **ponto 1** da Ordem de Trabalhos, o Senhor **Presidente da Comissão, Deputado Jorge Lacão (PS)** deu a palavra à Senhora **Deputada Rita Borges Madeira (PS)**, relatora do parecer sobre o pedido levantamento de imunidade do Senhor *Deputado* Carlos Eduardo Reis (PSD), para fazer a apresentação do parecer.

No uso da palavra, a Senhora Deputada disse não se sentir confortável em submeter a votação o parecer distribuído para apreciação da Comissão, na medida em que, após uma apreciação mais cuidada do pedido de levantamento de imunidade em causa, identificou algumas incongruência, como o facto de à prática do crime (extorsão) imputado ao Deputado visado não corresponder a moldura penal apontada (3 anos), o que impede a Comissão de saber se o pedido em causa implica ou não a obrigatoriedade do levantamento da imunidade parlamentar, não sendo este elemento irrelevante na verificação do cumprimento dos requisitos que lhe estão subjacentes. Além do mais, considerava que, caso a Comissão estivesse perante o levantamento obrigatório da imunidade parlamentar, o pedido não reunia os requisitos mínimos necessários para a sua apreciação, na medida em que não referia a existência de fortes indícios pela prática de um crime doloso, e suscitava dúvidas quanto à possível penalização por crime com uma moldura penal cujo limite máximo é superior a três anos. Pelos motivos indicados, deixou à consideração da Comissão a pertinência em serem realizadas diligências intercalares junto do Tribunal, a fim de serem clarificados estes aspetos do pedido.



## Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

### ATA NÚMERO 72/XIV/3.ª SL

No debate sobre as questões colocadas pela relatora, participaram os Senhores Deputados **Francisco Pereira Oliveira (PS)**; **André Coelho Lima (PSD)**; **José Manuel Pureza (BE)**, **João Oliveira (PCP)** e o Senhor Presidente **Jorge Lacão (PS)**. O debate terminou com uma intervenção da relatora, **Deputada Rita Borges Madeira (PS)**, que em jeito de resposta conclusiva disse considerar não estarem reunidas as condições para submeter o seu parecer à votação, pelo que solicitava o seu adiamento para a próxima reunião da Comissão.

Findo o debate o Senhor **Presidente da Comissão, Deputado Jorge Lacão**, conclui pelo adiamento da votação do parecer, tendo solicitado à relatora que remetesse para os serviços da Comissão o pedido de esclarecimentos que pretendia dirigir ao Tribunal.

Seguidamente o Senhor Presidente, deu a palavra ao Senhor **Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**, relator dos pareceres sobre o pedido levantamento de imunidade dos Senhores Deputados Mariana Mortágua e Jorge Costa na qualidade de representantes legais do BE, para informar a Comissão sobre as diligências encetadas no âmbito daquele processo.

O Senhor Deputado informou que fez circular pelos membros da Mesa e Coordenadores o pedido de esclarecimentos elaborado nos moldes fixados pela Comissão na reunião do passado dia 2 de março, o qual, não merecendo oposição seguiria para o tribunal. Lembrou que, dado o aproximar do fim da XIV legislatura, não seria espectável receber uma resposta do Tribunal a tempo de concluir o processo, pelo que, ficaria pendente de conclusão pela Comissão no início da próxima Legislatura. Nesse sentido, recordou que o Senhor Deputado Jorge Costa não transitava para a nova legislatura, pelo que apenas teria de ser elaborado parecer relativamente à senhora Deputada Mariana Mortágua.

Os Senhores **Deputados André Coelho Lima (PSD)**, **José Manuel Pureza (BE)** e **João Oliveira (PCP)**, agradeceram e felicitaram o relator pelo pedido de esclarecimentos elaborado, sublinhando que o resultado alcançado foi fruto de uma discussão responsável e séria sobre a matéria por parte da Comissão.



## Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

### ATA NÚMERO 72/XIV/3.ª SL

O Senhor **Presidente da Comissão** agradeceu o contributo de todos os membros da Comissão quer para o debate construtivo feito sobre a matéria, quer para a consensualização do texto a enviar ao Tribunal.

Entrando no ponto 2 da ordem do dia, Senhor Presidente da Comissão solicitou o seu adiamento para a próxima reunião da Comissão.

Por fim, deu início aos trabalhos do último ponto da ordem do dia, no âmbito do qual solicitou ao Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho - Registo de Interesses (GT-RI), **Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**, para fazer um ponto de situação sobre os registos de interesses pendentes na presente legislatura.

O Senhor Coordenador informou que se encontravam pendentes de finalização apenas 6 processos, que aguardavam por pequenos acertos finais pelos Deputados. Relativamente às 4 novas atualizações de registos de interesses submetidas e a aguardar validação pelo GT-RI, estas encontravam-se em condições de serem publicadas, à exceção de uma que necessitava de ser corrigida no sentido de subdividir a informação atualizada por duas entradas correspondentes a dois períodos temporais distintos, em que a informação varia num dos seus elementos, tendo o Deputado em causa já sido notificado no sentido de proceder à sua correção.

Por fim, sublinhou sentir-se na obrigação de recordar que compete exclusivamente à Comissão pronunciar-se sobre a disponibilização ou não de quaisquer elementos não públicos relativos a Deputados solicitados por quaisquer entidades externas à Assembleia da República, designadamente pelos órgãos de comunicação social, mesmo quando dirigidos ao Gabinete do Senhor Secretário-Geral e ainda que esses elementos se encontrem na disponibilidade dos Serviços da Assembleia da República.

O **Senhor Presidente da Comissão, Deputado Jorge Lação**, reiterou a preocupação manifestada pelo Senhor Coordenador do GT-RI, sublinhando que a relação institucional



## Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

### ATA NÚMERO 72/XIV/3.ª SL

da Assembleia da República com a comunicação social necessitava de ser amadurecida em função das competências atribuídas à Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, como o demonstrou as recentes notícias veiculadas pelos diversos meios de comunicação social relativamente à senhora Deputada Mariana Mortágua.

As observações sobre a matéria foram ainda secundadas pelo Senhor **Deputado André Coelho Lima (PSD)**, que, apontando algumas imprecisões nas notícias que circulavam, sublinhou a necessidade de qualquer informação neste âmbito ter de ser a mais clarificadora e objetiva possível, para não subsistirem quaisquer dúvidas infundadas que possam alimentar questões que, em boa verdade, inexistem.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu aos Senhores Deputados a sua presença e participação na reunião.

A reunião foi encerrada pelas 13 horas e 05 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de março de 2022.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**(Jorge Lacão)**



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

**ATA NÚMERO 72/XIV/3.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Constança Urbano De Sousa (PS)

Fernando Anastácio (PS)

Filipe Neto Brandão (PS)

Francisco Pereira Oliveira (PS)

Jorge Lação (PS)

José Magalhães (PS)

Pedro Delgado Alves (PS)

Rita Borges Madeira (PS)

André Coelho Lima (PSD)

Catarina Rocha Ferreira (PSD)

Hugo Patrício Oliveira (PSD)

Márcia Passos (PSD)

Paulo Rios De Oliveira (PSD)

Pedro Rodrigues (PSD)

Sara Madruga Da Costa (PSD)

Sofia Matos (PSD)

José Manuel Pureza (BE)

João Oliveira (PCP)

João Pinho De Almeida (CDS-PP)

Nelson Silva (PAN)

João Azevedo Castro (PS)

Lúcia Araújo Silva (PS)

Eduardo Teixeira (PSD)

Jorge Paulo Oliveira (PSD)



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

**ATA NÚMERO 72/XIV/3.ª SL**

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Alves Moreira (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Cegonho (PS)

Pedro Filipe Soares (BE)